

Estatuto da Associação Mão no Arado de Sergipe (AMASE)

Capítulo I

Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo

Art. 1º. A Associação Mão no Arado de Sergipe – AMASE é uma associação civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art 2º: A associação terá sua sede e foro na cidade de Aracaju. Cito a Rua Doutor Humberto Mourão Guimarães nº 10, Conjunto Jk- Bairro Jabotiana, CEP: 49.095-080, Aracaju – Sergipe.

Art 3º. O prazo de duração da associação é indeterminado e o exercício social coincidirá com o ano civil.

Art.4º. São objetivos da associação:

- a) Estimular o desenvolvimento agropecuário, social, educativo, cultural e o crescimento econômico das diversas comunidades rurais e urbanas com vistas à melhoria da qualidade e do nível de vida dos seus habitantes;
- b) Promover e difundir o conhecimento das diversas formas de cooperação na agropecuária, organização do trabalho, da produção e da comercialização no meio rural, mediante o intercâmbio das experiências vividas pelas comunidades rurais;
- c) Incentivar e desenvolver práticas alternativas de tecnologias na agropecuária dos assentamentos, projetos de assentamentos de reforma agrária do Governo Federal e colônias de assentamentos do Governo do Estado de Sergipe e demais comunidades rurais, quilombolas e indígenas;
- d) Editar publicações que visem atender e divulgar seus objetivos;
- e) Promover e realizar cursos de qualificação e formação técnica profissional visando o progressivo aperfeiçoamento das atividades dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores (as), mediante a utilização racional da mão de obra para elevação dos índices de produção e produtividade, bem como do nível de emprego e renda dos assentamentos e demais comunidades rurais;
- f) Promover e incentivar a realização de atividades educacionais e produtivas, de capacitação e aprimoramento dos trabalhadores (as) rurais e pequenos agricultores (as) e de difusão do conhecimento dos direitos das mulheres, da juventude e das crianças;
- g) Promover e participar de atividades que visem a orientar e assegurar à população os seus direitos à saúde, à educação, à habitação e ao crédito para a produção;
- h) Buscar e desenvolver experiências com entidades congêneres;
- i) Promover ações no sentido de alfabetizar e escolarizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos e seus dependentes, oportunizando-lhes o acesso a educação básica e educação superior.
- j) Promover por todos os meios ao seu alcance, atividades de preservação do meio ambiente e de defesa da ecologia.
- k) Incentivar e promover a participação das mulheres nas políticas públicas voltadas para estas e nas diversas instâncias de direção desta Associação e de outras organizações dos trabalhadores (as);
- l) Promover e realizar atividades de educação e cultura, amparo social, assistência à saúde, assessoria jurídica, bem como atividades recreativas, esportivas e de assistência técnica em todos os níveis.

4º OFÍCIO DA COMARCA DE ARACAJU
GRACASANTOS
KATIANE MARIA GRACIA SANTOS

Aracaju/SE - Tel.: (79) 3021-2385
extra.4aracaju@tjse.jus.br

AUTENTICAÇÃO 055457

Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Aracaju, 08 de maio de 2018.
O referido é verdade e dou fé.

Emolumentos: R\$ 3,32 - Total: R\$ 3,32
FILLIPI WERLY MARINATO BADARÉ - Escrevente Autorizado

Selo TJSE - 201820524047284
Acesse: www.tjse.jus.br/xi/RPDR4Z

CARTÓRIO DO 1º
Aracaju - SE
3214-481
Vênio E. C. R. S.
Oficial
Débora C. R. S.
Escrevente

AUTENTICAÇÃO 055/457
Autentico a presente fotocópia que confere com o original
que me foi apresentado. Aracaju, 09 de maio de 2018.
O referido é verdade e dou fé.
Emolumentos: R\$ 3,32 - Total: R\$ 3,32
FILLIPI WERLY MARINATO BADARÓ - Escrevente Autorizado
Selo TJSE - 201829524047284
Acesse: www.tjse.jus.br/x/ RPD4Z



- m) Realizar a venda dos gêneros alimentícios produzidos nas comunidades rurais, bem como adquirir e repassar aos trabalhadores(as) rurais, a preço de custo, os bens necessários à produção agropecuária.
- n) Promover e realizar ações no sentido de implantar infra-estrutura (construção civil e terraplanagem) nos assentamentos e projetos de assentamentos de reforma agrária dos Governos Federal e Estadual e comunidades rurais, inclusive com o gerenciamento e construção de habitações/moradias populares, construção e recuperação de estradas, construção e recuperação de sistemas de abastecimento de água e construção de sistemas de eletrificação;
- o) Executar Serviços de Demarcação Topográfica de parcelas rurais e urbanas, tendo sempre por objetivo a melhoria da qualidade e do nível de vida das populações assentadas, e, bem assim, das comunidades de pequenos Agricultores(as);
- p) Oferecer serviços de fornecimento de refeições, alojamento, transporte e hospedagens a instrutores, palestrantes e treinando participantes de cursos, seminários e eventos correlatos, realizados em apoio à reforma agrária e aos pequenos agricultores.
- q) Contratar financiamentos junto a instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como junto à rede bancária oficial, ao abrigo do FNE/PRONAF e/ou outros programas para fomentar a produção nos Assentamentos de Reforma Agrária e Comunidades de Pequenos Agricultores; quando solicitada pelas respectivas comunidades;
- r) Apoiar e incentivar os agricultores (as) em práticas agroecológicas.
- s) Promover, executar e desenvolver projetos de habitação de interesse social, incentivando a autogestão e mutirões.

Parágrafo Único - Para a consecução dos seus objetivos, realizará parcerias com empresas do setor privado e com entidades públicas municipais, estaduais, federais, universidades e, bem assim, com ONG's nacionais e internacionais, mediante convênios e/ou contratos ou outras formas jurídicas de cooperação.

Capítulo II

Dos associados

Seção I

Da Admissão, Demissão Eliminação e Exclusão

Art. 6º Pode ingressar na associação todo cidadão que concorde com as disposições deste estatuto e que deseje contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade.

Parágrafo único. A admissão pode ficar condicionada a capacidade técnica de prestação de serviços.

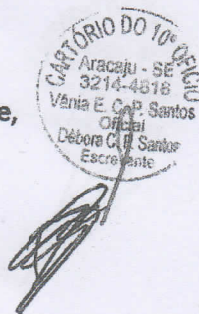
Art. 7º. A demissão será concedida a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Diretor Presidente, não podendo ser negada.

Art. 8º. A eliminação será aplicada pela diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois de o infrator ter sido notificado por escrito.

§1º O atingido poderá recorrer à Assembléia Geral dentro do prazo de 30(trinta) dias, Contados da data do recebimento da notificação.

§2º O recurso terá seu efeito suspenso até a realização da primeira Assembléia Geral.

§3º A eliminação será considerada definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no §1º deste artigo.



AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Art.9º. A exclusão do associado ocorrerá por morte física, por incapacidade civil não suprida ou, ainda, por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na associação.

Seção II

Dos Direitos, Deveres e Responsabilidade

Art. 10º. São direitos dos associados:

- a. Gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder;
- b. Participar das reuniões da Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;
- c. Consultar todos os livros e documentos da associação, em épocas próprias;
- d. Solicitar a qualquer tempo esclarecimentos e informações sobre atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- e. Convocar a Assembléia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto.
- f. Demitir-se da associação quando lhe convier.

Parágrafo Único. O associado que aceitar estabelecer relação empregatícia com a associação, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Art.11º. São deveres do associado:

- a. Observar as disposições legais estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;
- b. Respeitar os compromissos assumidos para com a associação;
- c. Manter em dias as suas contribuições;
- d. Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e para o progresso da associação.

Art.12º. Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação.

Seção III

Da representação

Art.13º. O associado, por motivo de doença comprovada, poderá fazer-se representar na Assembléia por outro associado, desde que ambos estejam em pleno gozo de seus direitos sociais.

Parágrafo único. O mandatário não poderá ser ocupante de cargo eletivo na associação nem representar mais de um associado.

Capítulo III

Do patrimônio

Art. 14º. O patrimônio da associação será constituído:

- A. Pelos bens imóveis de sua propriedade;
- B. Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade publica ou particular, nacional ou estrangeira;
- C. Pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembléia Geral.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

AUTENTICAÇÃO NO VERSO



D. Pelas receitas provenientes da prestação de serviços.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Capítulo IV

Dos Órgãos Sociais

Seção I

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Da Assembléia Geral

Art. 15º. A Assembléia Geral dos associados é órgão supremo da associação e dentro dos limites legais e deste estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse para a sociedade.

Art. 16º. A Assembléia reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, no decorrer do 1º trimestre e, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Art. 17º. Compete à Assembléia Geral Ordinária, em especial:

- a. Apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria e o parecer do conselho Fiscal;
- b. Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c. Estabelecer o valor da contribuição anual dos associados.

Art. 18º. Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a. Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b. Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do estatuto social;
- c. Deliberar sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

Art. 19º. É da competência da Assembléia Geral, ordinária, a destituição da Diretoria e do conselho Fiscal.

Parágrafo único: Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da associação, a Assembléia poderá designar diretores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse de novos membros, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias, obedecendo ao capítulo V e seus artigos.

Art. 20º. O "quorum" para a instalação da Assembléia Geral será de 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação, e qualquer número em seguida votação.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, executando-se os casos previstos no art. 20, que é exigida a maioria de 2/3 (dois terços).

Art. 21º. A assembléia será normalmente convocada pelo Diretor-Presidente, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da diretoria, pelo conselho fiscal ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida.

Art. 22º. A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de 7 (sete) dias mediante aviso enviado aos associados e fixado nos lugares público mas freqüentados.

Art. 23º. A mesa da Assembléia será constituída pelos membros da diretoria ou em suas faltas ou impedimento, pelos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo único. Quando a Assembléia não tiver sido convocada pelo Diretor- Presidente, a mesa será constituída por 4 (quatro) associados, escolhidos na ocasião.

Art. 24º. O que ocorrer nas reuniões da Assembléia deverá constar em Ata, aprovada e assinada pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal presentes, por uma comissão de cinco associados designados pela Assembléia e, ainda, por quantos o queiram fazer.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO



Seção II

Da Administração e Fiscalização

Art. 25. A administração e fiscalização da associação serão exercidas, respectivamente, por uma diretoria e por um Conselho Fiscal.

Art. 26. A diretoria será constituída por 6 (seis) elementos efetivos, com as designações de Diretor-Presidente, Diretor-Vice-Presidente, 1º e 2º Diretores-Secretários e 1º e 2º Diretores-Tesoureiros, eleitos, para um mandato de 2(dois) anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. Nos impedimentos superiores a 90 (noventa) dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 27 Compete à Diretoria em especial:

- a. Estabelecer normas, orientar e controlar todas as entidades e serviços da associação;
- b. Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimentos;
- c. Propor à Assembléia Geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- d. Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e construir mandatários;
- e. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- f. Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;
- g. Indicar o banco ou bancos nos quais deverão ser feitos depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;
- h. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutária e pelas deliberações tomadas pela Assembléia Geral;
- i. Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- j. Apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho fiscal.

Art. 28. A diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

§ 1º A diretoria considerar-se-á reunida com a participação dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto.

§ 2º Será lavrada ata de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as soluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Art. 29. Compete ao Diretor-Presidente:

- a. Supervisionar as atividades da associação, através de contratos assíduos com os restantes membros da Diretoria e com o Gerente;
- b. Autorizar os pagamentos e verificar freqüentemente o saldo de caixa;
- c. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- d. Apresentar à Assembléia Geral, o relatório e o balanço anuais, bem como o parecer do Conselho Fiscal;



ARACAJU - 3214-46
Vânia E. C. A.
Oficial
Débora C. P. S.
Escritório

- e. Responder a associação em juízo e fora dele; podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- f. Assinar com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento, transferências eletrônicas, através do gerenciador financeiro e títulos que representem obrigações financeiras da associação.

Art. 30. Compete ao Diretor-Vice-Presidente:

- a. Assumir e exercer as funções de Diretor-Presidente no caso de ausência ou vacância do titular;

Art. 31. Compete ao Diretor-Secretário:

- a. Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, ficando sob sua responsabilidade os respectivos livros;
- b. Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;
- c. Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;
- d. Verificar e visar os documentos de receita e despesa;
- e. Substituir o Diretor-Vice-Presidente no caso de ausência ou vacância;

Obs. : o 2º Diretor-Secretário substituirá o 1º em caso de ausência ou vacância.

Art. 32. Compete ao Diretor-Tesoureiro:

- a. Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível no banco ou bancos designados pela Diretoria;
- b. Proceder aos pagamentos autorizados pelo Diretor-Presidente;
- c. Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- d. Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias providenciais e outras, devidas ou da responsabilidade da associação;
- e. Assinar com o diretor presidente, todos os cheques, ordens de pagamento, transferências eletrônicas, através do gerenciador financeiro e títulos que representem obrigações financeiras da associação, podendo delegar poderes e constituir procuradores para o fim que julgar necessário.

Obs: o 2º Diretor-Tesoureiro substituirá o 1º em caso de ausência ou vacância.

Art. 33. Para levantamentos bancários, celebração de contratos de qualquer natureza, cessão de direitos e constituição de mandatários, será sempre necessária a assinatura de dois diretores.

Art. 34. O Conselho Fiscal da associação será constituída por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição de 1/3 (um terço) de seus componentes.

§ 1º. O Conselho considerar-se-á reunido com a participação de todos os seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de voto.

§ 2º Será lavrada ata de cada reunião em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as soluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO



Aracaju - SE
3214-3618
Vânia E. C. P. Sar
Oficial
Dátora C. P. Sar
Escriturante

Capítulo V

Do Processo Eleitoral

Art. 35. As eleições gerais para os cargos eletivos serão realizadas a cada 2 (dois) anos, preferencialmente no mês de novembro do segundo ano de cada mandato.

Parágrafo único: o disposto neste artigo não se aplica aos casos de que trata o parágrafo único do artigo 19.

Art.36. O diretor presidente fará publicar e afixar na sede da associação, com antecedência de 15(quinze) dias os componentes editais de convocação, especificando a natureza das eleições, local, dia e hora da realização dos pleitos.

Art.37. Com antecedência mínima de 5(cinco) dias, a diretoria instituirá uma Comissão Eleitoral com a finalidade:

- a) De elaborar as instruções gerais das eleições;
- b) De elaborar os modelos de cédulas;
- c) De organizar as mesas receptoras e juntas apuradoras;
- d) De controlar a votação;
- e) De apurar os votos;
- f) De afixar os resultados do pleito;
- g) De dar posse aos eleitos

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

Art. 38. A comissão eleitoral será composta de 3 (três) associados não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos do pleito e em gozo dos direitos estatutários.

Art. 39. Cada associado terá direito a um só voto e a votação será secreta.

Parágrafo único. Antes de depositar o voto, o associado deverá apresentar sua identificação à mesa receptora e assinar o livro de registro.

Art. 40. Concluídos os trabalhos do pleito e entregues todos os documentos e materiais utilizados à diretoria, a comissão Eleitoral será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

Capítulo VI

Do Secretário Executivo

Art. 41. Tão logo as condições financeiras o permitam, as atividades da associação serão orientadas, em nível de execução, por um Secretário Executivo escolhido e contratado pela Diretoria, entre elementos de reconhecida experiência e capacidade.

§ 2º O secretário assistirá, obrigatoriamente, sem direito a voto, as reuniões da Diretoria e a Assembléia Geral, salvo impedimento justificado.

Art.42. Compete ao Secretário Executivo:

- a) Coordenar as atividades da Amase.
- b) Implementar representações institucionais e políticas de relações;
- c) Executar o planejamento administrativo e financeiro da Amase;
- d) Desenvolver políticas de comunicação e de informação da Amase;
- e) Convocar e participar das reuniões do conselho Deliberativos e assembléias, juntamente com o Diretor;
- f) Representar o Diretor- Presidente ou Diretor – Tesoureiro quando tiver procuração;
- g) Assinar cheques, por procuração do Diretor, juntamente com o tesoureiro ou pessoa que tenha procuração do tesoureiro.

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

CARTÓRIO D
Aracaju
3214
Vânia E. C.
Ofici
Débora C.
Escritório

Capítulo VII

Da contabilidade

Art. 43. A contabilidade da Associação obedecerá às disposições legais ou normativa vigentes e como os demais registros obrigatórios, deverá ser mantida em perfeita ordem e em dia.
Parágrafo Único. As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será levantados em 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo VIII

Da Dissolução

Art. 44. A Associação será dissolvida, por vontade manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para esse efeito, observado o disposto no parágrafo único, do artigo 20 deste estatuto.

Art.45. Em caso de dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, devendo ser doada a instituição congênere, legalmente constituída, para ser aplicada nas mesmas finalidades da associação dissolvida.

Capítulo IX

Das Disposições Gerais

Art.46. É vedada a remuneração dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art.47. A associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro no seu resultado, aplicando integralmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art.48. O presente estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de constituição, realizada nesta data.

Art.49. Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembléia Geral Ordinária, correspondente o seu término.

Art.50. Este estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembléia Geral Extraordinária, observado o disposto no parágrafo único do artigo 20.

Art. 51. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, ouvida as entidades ou órgãos competentes.

(Local e data) Rua Doutor Humberto Mourão Guimarães nº10, Conjunto JK-Bairro – Jabotiana
–CEP: 49.095-080 – Aracaju/SE – 09 de Maio de 2014.

(Presidente da Associação) José Valdir dos Santos

Residente a Rua Lenio de Moura Moraes, 155, Bloco 04, Apartamento 02, Condomínio
Residencial Praia do Nordeste, Bairro Farolândia, Aracaju-SE, CEP: 49031-040 CPF:
153.271.835-72

AUTENTICAÇÃO NO VERSO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
Aracaju - SE
3214-4818
Vânia E. P. Santos
Oficial
Débora C. P. Santos
Escriturante

(Secretária da Assembleia) Luciana dos Reis Santos
Residente a Rua José Lino de Souza, número 89, no município de Feira-Nova/SE CEP: 49670-000, CPF: 027.299.635-10

(Advogado) Diogo Brito de Figueiredo - OAB - SE 5195
Residente a Av. Mario Jorge nº 1159, Edf. Casa Branca Ap. 202, Bairro Coroa do Melo CEP: 49035-660 CPF: 815.076.075-04

CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS Rua Capela, Nº 55 - Centro Aracaju/SE - Tel.: 3214-4818	Averbado o presente documento ao lado do Registro Original Livro <u>136</u> Sob Nº <u>26252</u> Aracaju <u>09/10/2014</u> <u>[Assinatura]</u> Oficial
--	--



Selo nº 1813416
Nº da guia: 15640006910
Valor das custas: 24,00



4º OFÍCIO DA COMARCA DE ARACAJU
KATIANE MARIA GRAÇA SANTOS

Aracaju/SE - Tel.: (79) 3021-2385
extra.4aracaju@tjse.jus.br

AUTENTICAÇÃO 055457

Autentico a presente fotocópia que confere com o original
que me foi apresentado. Aracaju: 09 de maio de 2018
O referido é verdade e dou fé.
Emolumentos: R\$ 3,32 - Total: R\$ 3,32
FILLIPI WERLY MARINATO BADARE - Escrevente Autorizado
Selo TJSE - 201829524047264
Acesse: www.tjse.jus.br/fx/ RPDR4Z



[Assinatura]

[Assinatura]